

OS PERCURSOS DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NA ESCOLA SÃO JOÃO BATISTA, RIO CAMPOMPEMA, ATRAVÉS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Maria das Graças da Silva Pereira¹
Nilza Costa Nogueira²

Resumo

O presente artigo objetiva compreender e analisar os percursos da construção identitária da instituição escolar São João Batista, uma escola ribeirinha quilombola, verificando nos diferentes discursos como foi e como está sendo construída a identidade da escola a partir do tema gerador, observando como esse processo insere-se e reflete tanto no PPP quanto nas práticas pedagógicas dos professores. Para realização desta pesquisa utilizamos como metodologia principal a fontes da história oral, onde compreende-se que a investigação e as bases científicas aliam-se na produção dos conhecimentos e dos resultados. Como bases teóricas referentes à História Oral utilizaremos os autores Pollak (1992) e Alberti (2013). Através dos relatos dos colaboradores contatados durante a entrevista, pode-se perceber os processos educacionais e práticas pedagógicas realizadas na escola desde os anos 90 até os dias atuais, e como estes foram sendo alterados com ação decisiva do PRONERA, através da Pedagogia das águas, além da importante contribuição dessa política na construção identitária na escola.

Palavras-chave: Identidade, quilombola, ribeirinha.



1. INTRODUÇÃO

O processo de construção da identidade de uma instituição escolar parece-nos desafiador, especialmente tratando-se de uma escola onde os atores trazem resquícios de uma construção histórica familiar, suas culturas e sua identidade cultural definida pelos conhecimentos construídos e vividos pelos seus antepassados. Dessa forma entendemos que as memórias de um povo, o território onde estão inseridos, as relações políticas e culturais são aspectos determinantes na construção de sua identidade.

“A memória é um elemento constituinte do sentido de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentido de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (Pollak 1992: 204)

A memória de uma pessoa ou de um determinado grupo constrói-se a partir de fatos, momentos bons ou ruins vividos em grupo ou individualmente, também determinados acontecimentos onde sentimo-nos inseridos, além disso, todos com quem convivemos que tivemos alguma aproximação no passado também fazem parte das nossas memórias. Conforme reitera Reis e Schucman (2010) ao afirmarem que,

“A matéria da memória é a experiência vivida e, nesse sentido, a memória é subjetiva, porque ela resulta da apropriação singular de um sujeito sobre sua realidade objetiva, ou seja, sobre os fatos por ele protagonizados ou testemunhados. Contudo há também uma dimensão intersubjetiva na memória, uma vez que, na apropriação do vivido, aquilo que é retido pelo sujeito em forma de lembrança é mediado por significados socialmente compartilhados.” (Reis & Schucman 2010:390)



Tudo isso nos remete que a memória é um importante fator para a construção identitária, desta forma a identidade é dinâmica, conforme Ciampa (1987) que entende esta como metamorfose, ou seja, em constante transformação, sendo o resultado provisório do cruzamento entre a história da pessoa, seu contexto histórico e social, e para Dubar (1997), vai além ao dizer que prefere o termo formações identitárias, visto entender que são várias as identidades que assumimos, como é o caso da Escola São João Batista que ao mesmo tempo tem sua identidade ribeirinha também está inserida em um território quilombola.

Nosso objeto de pesquisa foi a EMEIF São João Batista, localizada na ilha Campompema, o corpo docente é formado por 10(dez) professores sendo que 9 (nove) receberam formação de licenciatura em pedagogia intitulado “Pedagogia das Aguas”, que possibilitou aos professoras da localidade a reflexão e a reconstrução de suas práticas pedagógicas, bem como a construção do PPP, e os conteúdos curriculares trabalhados a partir da palavra geradora.

Todas essas práticas inovadoras que a escola propôs-se a abraçar, a partir das disciplinas propostas e experiências vivenciadas, bem como toda a produção acadêmica voltados para a educação do campo no referido curso de graduação, fizeram a diferença para traçar um novo rumo de ensino da Escola São João Batista.

Nota-se que este estabeleceu entre os professores a participação coletiva no processo educativo e elaboração dos conteúdos, programando pesquisas de campo e apresentação de resultados para a comunidade escolar, os alunos são motivados à pesquisa tornando-se atores do processo de construção de conhecimento, percebendo que sua cultura é valorizada, partindo desse princípios as aulas promovem a interação entre alunos entre toda a comunidade escolar, pois esta também participa da partilha dos resultados.

Compreendemos que a educação é algo central na vida de todos, principalmente por ser um mecanismo de construção de pensamento e a escola precisa estar preparada para contribuir e instigar seus alunos para a criticidade, tornando-os capazes de refletir diante da sociedade. É imprescindível que a escola também trabalhe as questões de identidade compreendendo quem



são esses sujeitos, quais seus valores, suas relações com o mundo do trabalho, ter acesso e utilizar em suas práticas toda essa bagagem cultural trazidas da vida familiar e social.

Dessa maneira toda ação pedagógica dos professores do campo deve considerar a realidade dos alunos, de maneira a entender que a educação é construída em conjunto, é um aprendizado coletivo, tanto professores quanto os alunos ensinam e aprendem juntos como afirma Paulo Freire: “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. (FREIRE, 2011, p.25). A educação não deve ser vista como transferência de conhecimento, da mesma forma que as crianças não são depósitos que estão ali esperando que lhes depositem algo.

A formulação do Projeto Político-Pedagógico da escola é importante, pois é nele que são projetadas todas as ações pedagógicas que serão desenvolvidas na escola, suas metas, objetivos, projetos educativos, podemos considerá-lo como um mecanismo de renovação da escola e a conquista de sua autonomia.

O projeto político-pedagógico da escola vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas, ele é construído e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos no processo educativo da escola, além disso o PPP busca um rumo, uma direção, esta é uma ação intencional com um compromisso definido coletivamente. (VEIGA, 1998). O PPP promove a gestão democrática onde todas as categorias estão envolvidos ou representados: como pais, professores, comunidade, movimento social cada um assume sua parcela de responsabilidade no processo educacional. Cabe ressaltar que o PPP é flexível, está sempre sujeito à mudanças e centrado nos interesses comuns, buscando a resolução de problemas, respeitando os diferentes “tempos” de aprendizagem, dialogando com as diferentes concepções pedagógicas.

O universo multicultural da comunidade precisa fazer parte do contexto da escola, deve estar inserido nas temáticas e conteúdos trabalhados no espaço escolar. A metodologia do tema ou palavra geradora configura-se em uma excelente forma de abordar diferentes temáticas do cotidiano da comunidade e outros que considerados relevantes podem ser inseridos nessa dinâmica, além disso promove a pesquisa e a partilha de saberes produzidos.



A partir da palavra geradora é possível relacionar e abordar vários conteúdos de todas as disciplinas, partindo da realidade dos alunos, onde o conhecimento é concreto fazendo a relação com outros saberes de outros lugares mostrando as diversidades culturais existente, incentivando os alunos a compreensão de mundo, promovendo a partilha de saberes em diálogo com a família e a comunidade.

Diante desse contexto, buscamos neste artigo compreender e analisar os percursos da construção identitária dessa instituição escolar a partir do tema gerador observando como esse processo insere-se e reflete tanto no PPP quanto nas práticas pedagógicas dos professores.

Julgamos relevante este trabalho no sentido de promover a reflexão sobre as questões de identidade da instituição escolar em que realizamos a nossa pesquisa, compreendendo os desdobramentos construídos a partir da temática abordada.

Consideramos que na educação não há apenas um caminho, mas sim caminhos que nos levam à práticas exitosas ou não, e o que fará a diferença será a nossa capacidade de refletir e se auto avaliar como educadores, bem como nossas praticas pedagógicas se estas verdadeiramente estão garantindo uma educação diferenciada para os educandos do campo, sujeitos este de direitos que precisam ser respeitados, como diz Arroyo e Fernandes (1999, p.74) “[...] os direitos representam sujeitos—sujeitos de direitos não de direitos abstratos[...]”.

2. OS PERCURSOS DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NA ESCOLA SÃO JOÃO BATISTA

A metodologia principal da pesquisa utilizamos a fontes da história oral, onde compreende-se que a investigação e as bases científicas aliam-se na produção dos conhecimentos e dos resultados.

Para a obtenção das informações buscamos utilizar uma espécie de conversa com os colaboradores, a fim de obter um discurso mais espontâneo, utilizamos um celular para gravação, além da utilização do caderno de anotações de campo informamos aos entrevistados sobre o



termo de cessão de direitos do depoimento. Seguindo os apontamentos sobre as entrevistas destacadas no livro *Manual de História oral* da Verena Alberti (2013), juntamente com estudos sobre Memória e identidades cultural de Michel Pollak (1992).

Foram abordados cinco colaboradores, incluindo a diretora da escola, coordenadora pedagógica, professora, coordenador da comunidade e pai com objetivo de observar nos diferentes discursos de que forma estes atores se auto intitulam culturalmente, entretanto estes não serão identificados por números – colaborado 1; colaborador 2... – para proteger suas identidades. Importante salientar que alguns destes foram consultados mais de uma vez, em dois períodos diferentes, no ano de 2017 e 2020, e isso nos apontará mudanças significativas na construção identitária da Escola São João Batista. Também foi observada a culminância do tema gerador trabalhado no último trimestre de 2017, que neste caso era o folclore.

Nosso objeto de pesquisa foi a EMEIF São João Batista, localizada na ilha Campompema, uma escola ribeirinha construída em uma sobreposição de territórios, pertencendo tanto ao Projeto de Assentamento Agroextrativista São João Batista, quanto ao Território Quilombola Ilhas de Abaetetuba. Nesta encontram-se matriculados 230 (duzentos e trinta) alunos, funcionando em dois turnos (matutino e vespertino), atende da Educação Infantil ao 5ºano do Ensino Fundamental menor, distribuídos em 10 (dez) turmas, sendo que 100% dos professores atuantes na escola são moradores da comunidade.

Durante a pesquisa, observamos que as práticas pedagógicas sofreram mudanças radicais após o ingresso 09 das 10 professoras no Curso Pedagogia das águas ofertado em 2006 na Universidade Federal do Pará vinculado ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e atendeu, exclusivamente, ribeirinhos assentados. Nesse sentido, Arroyo (2007) observa que,

“Os movimentos sociais do campo aprenderam a ocupar a terra, assim como a ocupar espaços políticos. Com essa aprendizagem passaram a ocupar os espaços e instituições de formação de educadores. A estratégia tem sido defender sua legítima presença nas instituições privadas e, sobretudo, públicas destinadas à formação de normalistas, pedagogos e professores.



Fazer-se presente não para receber a mesma formação, mas uma formação específica para trabalhar no campo.” (Arroyo 2007)

Anterior a isso, até o ano de 2002 a escola não contava com prédio próprio, então cada professor ministrava sua aula em casa própria ou alugava de terceiros em turmas multisseriadas, em sua maioria professores sem experiência e/ou formação conforme o relato da colaboradora 1 entrevistada:

“Iniciei a dar aula aos 15 anos de idade, com o pré-escolar, eu não tinha experiência, mas tive formação pela AMIA, que era a responsável pela educação na época.”

Sobre a pouca formação dos docentes atuantes no campo Fernandes et al. (2011) afirma que no campo concentram-se o maior número de professores leigos, que são mínimas as possibilidades de formação no próprio meio rural, e quando estes têm acesso a formações estas não são direcionadas aos povos do campo.

Além disso, a falta de estrutura foi um ponto marcante durante a entrevista, cujo relato da colaboradora 1 retrata:

“De lá (da formação) eu vim trabalhar em casa, naquela época era em casa, não tinha carteira no início, era chão, não tinha merenda as crianças levavam, um pouco de farinha, a mamãe era servente, ela não ganhava fazia doado, fazia o mingau.”

Um outro ponto muito importante reforçado durante as nossas pesquisas foi o nível da formação esperada para os alunos do campo, conforme relata o colaborador 1:

“Conteúdo que era proporcionado pela SEMEC, um conteúdo simples, a gente não trabalhava a realidade era somente as vogais as consoantes, era um ensino bem simples e bem básico era mais a leitura e escrita.”



A educação rural oferecia aos sujeitos do campo poucas e precárias escolas, tornando o homem do campo incapacitado de ascender a níveis de escolaridade superior. (Rossato 2016)

O colaborador 1 explica por que esse conteúdo tão simples tocando em um ponto muito crucial, sobre o pensamento que havia sobre as pessoas do campo, onde de forma indireta a Secretaria de Educação indicava que o aluno do campo não tinha a capacidade de pensar, questionar.

“Eles tinham uma ideia de que o aluno do campo não tinha capacidade de pensar, só que na época não tínhamos uma formação direcionada para o campo, nós apenas respeitávamos o conteúdo da SEMEC.”

A educação rural, através de várias ações, tratou o camponês como carente, subnutrido, pobre e ignorante, não discutindo efetivamente os problemas vividos no campo. A concepção de que o meio rural é um espaço de atraso foi fortalecida a partir da primeira metade do século XX, com o surgimento de um discurso modernizador e urbanizador, que acreditava que o desenvolvimento industrial, em curso no Brasil, faria desaparecer dentro de algumas décadas a sociedade rural (Rossato 2016; Brasil 2005).

As conversas com os colaboradores 1 e 2, trataram o curso Pedagogia das águas como ponto crucial para essa mudança de bases metodológicas.

“A nossa escola a partir do curso de pedagogia das águas nós passamos a ter um olhar mais, dando importância para essa questão dos conhecimentos tradicionais, e passamos a trabalhar o tema gerador, sempre o nosso tema é voltado para a cultura local.”

“O curso Pedagogia das águas proporcionou muitas melhorias na educação pra mim, pra gente poder trabalhar a palavra geradora que surgiu na universidade.”



Nesse sentido, o PRONERA, foi a política decisiva para a mudança nas práticas educacionais da escola São João Batista, Fernandes e Tarlau (2017), apontam que em seus quase 20 anos de existência, o PRONERA contribuiu para fortalecer a identidade camponesa por meio do acesso à educação em todos os níveis. Promoveu a formação profissional por meio de acordos de cooperação com diversas universidades brasileiras, tendo como propósito desenvolver a capacidade técnica do educando e, além disso, cultivar sua habilidade para analisar o ambiente político, econômico e social, assim se tornando um sujeito da luta social.

Diante da formação obtida com o curso de Pedagogia das Águas, os professores retornaram para escola e iniciaram a elaboração do Projeto Político Pedagógico, o qual foi construído coletivamente, “nosso PPP nós que pensamos, nós que organizamos [...] foi construído coletivamente, com a participação dos pais, movimento social, comunidade e alunos.” (COLABORADORES 2 e 3)

Sendo a missão do PPP, assegurar uma educação libertadora através do diálogo e trabalho coletivo priorizando a formação do cidadão crítico, solidário, reflexivo e construtivo. Como metodologia norteadora consta os princípios freirianos, utilizando tema gerador, o qual é trabalhado por três meses, e ao final destes tem-se uma culminância onde todas as turmas apresentam os trabalhos desenvolvidos a partir do tema proposto.

O processo de Educação superior dos professores da Escola São João Batista e posterior construção do PPP reitera a afirmação de Freire (2007) a educação para a “domesticação” é um ato de transferência de “conhecimento”, enquanto a educação para a libertação é um ato de conhecimento e um método de ação transformadora que os seres humanos devem exercer sobre a realidade.

Como anteriormente mostrado na fala da coordenadora pedagógica, o tema gerador sempre está voltado para a cultura local, segundo Silva (2004), as especificidades da vida camponesa não têm na educação urbana o diálogo necessário para o atendimento das diferenças desses povos [...] portanto, precisa ser reconhecido e trabalhado de modo próprio.



Segundo os colaboradores informaram durante as conversas diversos temas foram abordados, tais como: meio ambiente, açaí, mirití, incluindo ainda o folclore. Os temas são importantes para “resgatar essa cultura, e principalmente valorizar, para que não se perca com a atualidade”, declara o colaborador 4, e o colaborador 5 completa: “É louvável usarem essa metodologia, eles estão aplicando o linguajar da localidade a cultura daquele lugar”⁵.

No dia 01 de dezembro de 2017, ocorreu a culminância do tema trabalhado, o folclore, todas as turmas, dos dois turnos apresentaram seus trabalhos, as apresentações são abertas para os pais e a comunidade em geral participar, segundo a colaboradora 6 “é uma forma de aproximar a família da escola, e da vida estudantil da criança.”

3. A IDENTIDADE QUILOMBOLA DA ESCOLA SÃO JOÃO BATISTA EM CONSTRUÇÃO

Analisando o PPP e durante as apresentações da culminância, no ano de 2017, o que se observava é que a Escola São João Batista está inserida no Território quilombola Ilhas de Abaetetuba, entretanto em todo o Projeto Político Pedagógico não havia referências de direcionamento para cultura e/ou identidade quilombola, e nem constava como uma Escola quilombola.

Porém em 2017, permeava as controvérsias de percepções a respeito da identidade quilombola, conforme as falas dos colaboradores 3 e 6 a seguir

“Nós nem sabíamos que era quilombola, só soubemos, por conta da merenda, porque no setor da merenda sempre fomos quilombola. As próprias pessoas da comunidade não sabem que são, porque não temos a identidade.”³

“Nossa escola é ribeirinha sempre foi, mas nos documentos está que é quilombola, porque ela está em uma área considerada quilombola. Nós daqui



não se identifica como quilombola, mas toda documentação da escola aparece como quilombola, até em Brasília.”⁶

Em contrapartida o colaborador 5 diz que “eu considero como uma comunidade quilombola, foram feitas várias reuniões para incluir Campompema, para sermos incluídos teve processo, não foi do nada”. Porém a escola, segundo a colaboradora 6, a escola não foi consultada a esse respeito. “Nós nunca fomos chamados para perguntar se nós como escola se considerávamos quilombola, por nenhum órgão, quando ficamos sabendo já éramos.”

No sentido do desencontro de ser consultado ou não enquanto comunidade quilombola, a ausência de um Protocolo de Consulta, provavelmente fomenta essa não participação, ou melhor a ausência da consulta do Corpo escolar São João Batista no processo de reconhecimento e de titularização do Território Quilombola Ilhas de Abaetetuba.

Naquele momento de culminância, em 2017, ficou claro como a identidade cultural ribeirinha estava muito mais presente, do que a identidade quilombola, foram apresentadas lendas, brincadeiras, trava línguas, e nenhuma referência direta a cultura afro. Porém, Oliveira e Martins (2014), apontam que esse processo não é incomum e que ao longo da existência, muitas das escolas dos quilombos mantiveram-se alheias aos processos socioculturais da comunidade, sem se reconhecer, através do currículo.

Porém, a partir de 2018 inicia-se um movimento de mudança com relação ao reconhecimento identitário quilombola na Escola São João Batista, que acontece com a implantação da coordenação de Educação do Campo e o departamento de Educação quilombola dentro dessa coordenação, onde deu-se início a efetivação da Lei 10.639, que

“Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"



Com isso vários eventos entre as escolas quilombolas foram realizados, incluindo visitas a outras comunidades, como forma de trocar experiências, formações de professores, posteriormente os temas da educação afro-brasileira foram inseridos no PPP da escola que atualmente se encontra em correção.

Dessa forma a escola São João Batista além dos temas geradores, também trabalha temas relacionados ao ensino da História e cultura Afro-Brasileira ao longo do ano e os assuntos trabalhados culminam na “Feira Quilombola”, que acontece em novembro, por ser o mês da Consciência Negra, e nesse evento as escolas do Território Quilombola Ilhas de Abaetetuba fazem diferentes apresentações sobre os temas estudados ao longo do ano.

A colaboradora 2 reconhece a importância da efetivação da Lei 10.639 na escola e da Feira Quilombola, como pontos cruciais para o resgate da identidade quilombola.

“Foi através desse trabalho que houve o resgate da questão Quilombola em nossa escola que apesar de estar localizada em uma área quilombola ninguém estudava.”

Castells (2000) ressalta que a construção de uma identidade está condicionada à existência de alguma mobilização social, já que é através desta mobilização que a vida é de fato compartilhada e novos significados são produzidos.

Nesse sentido o resgate da identidade quilombola é importante, Leidens (2018) afirma que a consciência de uma identidade étnica e a relação de pertencimento a uma comunidade que vai se construindo aos poucos, na valorização das suas características, da sua história, da sua cultura e das suas crenças. A identidade se forma, assim, na afirmação do que é seu, no sentimento de pertencimento e na afirmação do cunho cultural e até ideológico em prol da sua identificação étnica, cultural e histórica.

4.Considerações finais



A escola São João Batista demonstra um percurso de práticas pedagógicas, bem comum as escolas do campo em geral, com estruturas precárias, professores com pouca formação e um ensino voltado apenas para a escrita do nome. Porém, estas práticas têm seu ponto de mudança inicialmente com a construção de um prédio onde funciona atualmente a escola, e o maior fator de mudança o ingresso de 90% do corpo docente no curso de Pedagogia da Águas ofertado pela UFPA, através do PRONERA.

Através do curso Pedagogia das Águas, os professores conheceram diferentes práticas pedagógicas, e assim, elaboraram o Projeto Político Pedagógico utilizando a metodologia da palavra ou tema gerador, que veio como a forma ideal para buscar formar cidadãos críticos, reflexivos e ainda uma identidade cultural própria do campo e não o estereótipo oferecido pelos currículos urbanocêntrico.

E por fim, a escola está em meio a uma sobreposição de territórios quilombola e assentamento agroextrativista, o que leva a contraditórios discursos a respeito da identidade, porém a escola tem atuado de forma interessante na construção dessa identidade, a Feira quilombola as trocas de experiências com escolas de outras comunidades do Território Quilombola Ilhas de Abaetetuba, são um importante ponto de mudança, e início de um trabalho de construção identitária.

Referências

- Alberti, V. 2013. *Manual de história oral*. - 3.ed.rev.atual.-rio de janeiro: editora fgv.
- Arroyo, M. G. 2007. Políticas de formação de educadores(as) do campo. *Cad. CEDES* 27(72) Campinas.
- Arroyo, M. G.; fernandes, B. M. 1999. *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo.
- Brasil. 2005. Ministério da Educação – Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. *Referência para uma política nacional de Educação do Campo*. Caderno de subsídios, Brasília, DF.
- Castells, M. 2000. A era da informação: economia, sociedade e cultura. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra.



- Ciampa, A. C. 1987. *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Dubar, C. 1997. Para uma teoria sociológica da identidade. *A socialização*. Porto: Porto Editora.
- Fernandes, B. M. Tarlau, R. 2017. Razões para mudar o mundo: a educação do campo e a contribuição do PRONERA. *Educ. Soc.* 38(140)545-567.
- Fernandes, B. M.; Cerioli, P. R.; Caldart, R. S. 2011. Primeira conferência nacional por uma educação do campo. In: Arroyo, M. G.; Caldart, R. S. Molina, M. C. (org). *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes.
- Fernandes, B.M.; cerioli, p. R.; caldart, r. S. 2011. primeira conferência nacional “por uma educação básica do campo”. In: arroyo, m. G.; caldart, r. S.; molina, m. C.(orgs). 5.ed. *Por uma educação do campo*. Petrópolis/ rj: vozes,
- Freire, P. 2011. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São paulo, paz e terra.
- Freire, P. 2007. *Educação como prática da liberdade*. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Leidens, A. 2018. A formação da identidade na Educação Escolar Quilombola: As percepções dos envolvidos. *Papéis*. 22(43)135-152.
- Oliveira, M. A. J. Martins, R. 2014. Educação escolar quilombola: currículo e cultura afirmando negras identidades *Poiésis*. 8(13) 189 -202.
- Pollak, M. 1992. *memória e identidade social*. Estudos históricos, rio de janeiro.
- Reis, A. C., Schucman, L. V. 2010. A constituição social da memória: lembranças de uma testemunha da II Guerra Mundial. *Psicologia em Revista* 16(2):388-408.
- Rossato, G.; Praxedes, W. 2016. pressupostos históricos da educação no campo. In: Rossato, G.; Praxedes, W. *Fundamentos da educação do campo: história, legislação, identidades camponesas e pedagogia*. São paulo. Edições loyola. 17-22.
- Silva, M. S. 2004. Educação do campo e desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história. 1- 25. Disponível em: <<http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/17/f1098linha-do-tempo-da-educacao-desenvolvida-no-espao-rural-no-brasil.pdf>> Acesso em 23 out. 2019.
- Veiga, I. P. A. (org.) 1998. *Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível*. 7ª ed. Campinas, SP: Ed. Papirus

